MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Portaria n.º 357/92**

de 22 de Abril

O Decreto-Lei n.º 237/91, de 2 de Julho, que disciplina a constituição e funcionamento das sociedades administradoras de compras em grupo (SACEG), prevê a fixação do limite do valor global dos contratos de compra em grupo celebrados por uma SACEG, nomeadamente em função dos fundos próprios respectivos, por portaria do Ministro das Finanças.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 237/91, e ao abrigo do Despacho n.º 18/91-XII, de 6 de Dezembro, do Ministro das Finanças, o seguinte:

1.º O valor global dos contratos de compra em grupo não pode exceder 70 vezes o montante dos fundos próprios das respectivas sociedades administradoras.

2.º Para efeitos do número anterior, o valor de cada contrato será o equivalente ao preço total actualizado dos bens e serviços a adquirir por força do contrato.

3.º O valor dos contratos destinados à aquisição de imóveis para habitação contará por um quarto, para efeitos do limite referido no n.º 1.º

4.º Para efeitos do disposto na presente portaria, adopta-se o conceito de fundos próprios que consta do aviso do Banco de Portugal n.º 9/90, de 5 de Julho.

5.º As situações de desconformidade que resultem do disposto da presente portaria deverão ser regularizadas no prazo máximo de seis meses a contar da data da sua publicação.

6.º É revogada a Portaria n.º 234-A/89, de 28 de Março.

Ministério das Finanças.

Assinada em 1 de Abril de 1992.

O Secretário de Estado do Tesouro, *José Monteiro Fernandes Braz*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE**Portaria n.º 358/92**

de 22 de Abril

O Decreto-Lei n.º 43/84, de 3 de Fevereiro, define e regula os critérios a que devem obedecer a gestão e colocação de excedentes.

No Hospital Distrital do Barreiro exerce funções há mais de sete anos um assistente de oftalmologia oriundo do extinto quadro geral de adidos e pertencente ao quadro de efectivos interdepartamentais da Direcção-Geral da Administração Pública que não tem sido possível integrar no respectivo quadro de pessoal.

A integração deste médico, mediante alargamento do quadro, será a única solução possível, por não existir vaga na respectiva categoria, se manter ao serviço há mais de sete anos e ser necessário ao referido Hospital.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/84, de 3 de Fevereiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Saúde, o seguinte:

1.º É aumentado no quadro de pessoal do Hospital Distrital do Barreiro, aprovado pela Portaria n.º 702/89, de 18 de Agosto, e posteriormente alterado pelas Portarias n.ºs 113/90, de 12 de Fevereiro, e 413/91, de 16 de Maio, na parte respeitante ao pessoal técnico superior da carreira médica hospitalar o seguinte lugar, a extinguir quando vagar:

Pessoal técnico superior da carreira médica hospitalar, área funcional de oftalmologia — assistente graduado/assistente — um lugar.

2.º É integrado no quadro de pessoal do Hospital Distrital do Barreiro o assistente graduado/assistente de oftalmologia Dr. João José da Silva Dantas de Miranda, prestando serviço naquele Hospital desde 1987 em regime de comissão de serviço e pertencente ao quadro de efectivos interdepartamentais criado na Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 31 de Março de 1992.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro da Saúde, *Jorge Augusto Pires*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO COMÉRCIO E TURISMO**Despacho Normativo n.º 52/92**

Considerando que em 5 de Dezembro de 1991 cessou a comissão de serviço do licenciado Carlos Cabral Tavares de Lima, à data director dos Serviços de Formação do Instituto Nacional de Formação Turística;

Considerando o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo e diploma:

Determina-se o seguinte:

1 — É criado no quadro de pessoal do Instituto Nacional de Formação Turística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 333/79, de 24 de Agosto, e posteriormente alterado pelas Portarias n.ºs 935/85, de 10 de Dezembro, e 784/87, de 10 de Setembro, um lugar de assessor principal, a extinguir quando vagar.

2 — A criação do lugar referido no número anterior produz efeitos desde 5 de Dezembro de 1991.

Ministérios das Finanças e do Comércio e Turismo, 31 de Março de 1992. — Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro do Comércio e Turismo, *Alexandre Carlos de Mello Vieira Costa Relvas*, Secretário de Estado do Turismo.